

CORREIO CENTRO-OESTE

Divulgação/MPI



Diversos órgãos atuam na Terra Indígena Sararé

Governo federal intervém contra o garimpo ilegal em MT

O governo do Brasil iniciou uma operação na Terra Indígena Sararé, em Mato Grosso, para retirar invasores e conter a exploração ilegal de ouro. A ação reúne órgãos federais e já resultou na prisão de 51 pessoas em dois dias. Entre os órgãos que participam da iniciativa estão o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Ministério da Defesa, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Força Nacional. A área abriga 201 indígenas do povo Nambikwara e soma 67 mil hectares, dos quais 4,2 mil foram afetados por atividades irregulares.

TJDFT atualiza cadastro de adoção

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) está realizando a atualização do cadastro de adoção por meio do Núcleo de Adoção da 1ª Vara da Infância e da Juventude. As famílias habilitadas devem responder à mensagem enviada por WhatsApp e preencher o formulário com dados e preferências. A medida atende exigências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SN).

Divulgação/Helio Montferre/Ipea



Grupo discute proposta legal para trabalhadores

Brasília debate os direitos da cultura

Um encontro virtual aberto à sociedade será realizado hoje (30), às 19h, no canal do YouTube do Comitê de Cultura do Distrito Federal. A videoconferência faz parte do Seminário Internacional para a Regulamentação e Proteção dos Trabalhadores da Cultura, que acontecerá em Brasília nos dias 13 e 14 de abril. O evento reúne pesquisadores, gestores, entidades e agentes do setor para discutir a proposta do marco legal e subsidiar a criação do Estatuto do Trabalhador e da Trabalhadora da Cultura, com foco em direitos e relações de trabalho.

Alistamento eleitoral de jovens no DF

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) e a Defensoria Pública do DF (DPDF) realizam uma ação itinerante para o alistamento eleitoral de jovens. A iniciativa oferece orientação jurídica, formação cívica e acesso a serviços eleitorais. O atendimento ocorre hoje (30) e amanhã (31) na Estrutural. Ao longo de abril, a ação itinerante passará por Brazlândia, São Sebastião e Paranoá.

Exposição

Anápolis (GO) recebe, a partir desta segunda-feira (30), a exposição "Liberdade esquivada e delicada da vida", de Luciana Martins, na Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente, com entrada gratuita, das 8h às 17h, até 15 de maio. A mostra abre o projeto As Quatro Estações, criado por Rondinelli Linhares.

Comitês

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente abriu inscrições para novos integrantes de dois Comitês de Bacias Hidrográficas em Mato Grosso. O prazo vai até 14 de abril para o Alto Paraguai Superior e até 15 de abril para o Rio Sepotuba. Podem participar poder público, entidades civis e comunidades indígenas.

Prisional

Mato Grosso do Sul homologou licitações para construir três unidades prisionais de baixa complexidade no Complexo da Gameleira, em Campo Grande (MS). As obras somam mais de R\$ 65 milhões e preveem 1,2 mil vagas. Cada estrutura terá capacidade para 408 internos e espaços para gestão e controle.

Inscrições

Estão abertas, até 7 de abril de 2026, as inscrições para a 2ª edição do Advac Brasil, curso em vacinologia promovido pelo Centro de Excelência em Tecnologia e Inovação em Saúde da Universidade Federal de Goiás (UFG). A seleção é voltada a profissionais com experiência. As atividades serão realizadas de 9 a 15 de agosto, em Pirenópolis (GO).

Refis

Cuiabá (MT) iniciará na quarta-feira (1/4) o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), com desconto de até 95% sobre multas e juros de débitos locais. Para obter o maior benefício, o contribuinte deve estar em dia com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cujo prazo com abatimento segue até 10 de abril.

Chikungunya

A região do Jôquei Clube, em Dourados (MS), está recebendo uma força-tarefa para conter casos de chikungunya, com mutirão de limpeza e instalação de armadilhas contra o *Aedes aegypti*. A ação inclui o bairro Santa Felicidade e reúne município, estado e Governo Federal, com o uso de estações de larvicidas.



Lotes seriam usados para restabelecer o capital do BRB

TCDF cobra o GDF sobre uso de imóveis públicos

Tribunal pede explicações sobre a falta de estudos técnicos

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que o governo do DF (GDF), principalmente na área da Secretaria de Saúde (SES-DF), apresente explicações sobre o possível uso de áreas públicas da capital para restabelecer as condições econômico-financeiras do Banco de Brasília (BRB).

O TCDF solicita esclarecimentos sobre a legalidade das medidas e os impactos administrativos. A decisão foi tomada em sessão plenária realizada na quinta-feira (25), após análise de representação sobre o tema.

Entre os pontos questionados pelo tribunal estão a ausência de estudos técnicos, a falta de avaliação dos bens, o possível uso indevido de patrimônio e a inexistência de consulta pública.

Imóveis

Consta na relação de locais citados na decisão o lote G do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), com cerca de 99 mil metros quadrados. Na área, funcionam serviços como Farmácia Central, Oficina Ortopédica e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Outros terrenos, também localizados no SIA, identificados pelas letras B, C, F, H e I, aparecem na relação analisada.

O documento inclui ainda uma área em Taguatinga, no Setor de Áreas Isoladas Norte (Sain), que já pertenceu à Polícia

Militar do DF (PMDF). Além disso, consta um terreno de 716 hectares vinculado à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), sem detalhamento de endereço, que está sob análise.

A análise teve origem em representação do Ministério Público de Contas do DF (MPC/TCDF), baseada em denúncia apresentada pelo Conselho de Saúde do DF (CSDF).

O questionamento envolve possível autorização para uso de bens públicos em processo de desafetação de áreas. A legislação local exige realização de audiências públicas nesses casos.

Em outro processo, o Tribunal examina representação que trata do uso de imóveis para reforço patrimonial do banco.

A Corte decidiu acompanhar as medidas previstas na Lei Distrital nº 7.845/2026 e requisitar estudos técnicos aos órgãos responsáveis. O órgão de controle também destacou a necessidade de fiscalização preventiva diante de possíveis impactos fiscais e patrimoniais. O pedido de medida cautelar foi considerado prejudicado, pois o assunto já está em análise no Poder Judiciário.

Ainda de acordo com o comunicado do TCDF, as informações solicitadas devem subsidiar a avaliação sobre a regularidade das ações e eventuais efeitos sobre a gestão de bens públicos no Distrito Federal, incluindo possíveis reflexos administrativos.